



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1 Em 26 de abril de 2022, reuniram-se ordinariamente os membros da Câmara de
2 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela
4 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
5 (Semad). Participaram o Presidente César Augusto Fonseca e Cruz,
6 representante da Semad, e os seguintes conselheiros titulares e suplentes:
7 Representantes do Poder Público: Leorges de Araújo Rodrigues, Secretaria de
8 Estado de Governo de Minas Gerais (Segov); Felipe Oliveira de Carvalho, da
9 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Felipe Dutra de
10 Resende, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra);
11 Juliana Ordones Rego, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª região; Junio
12 Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos
13 Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Emílio Elias Mouchrek
14 Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
15 (Crea/MG); Representantes da Sociedade Civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da
16 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano
17 Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-
18 MG); Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Associação Mineira de Defesa do
19 Ambiente (Amda); Paulo José de Oliveira, da Fundação Relictos de Apoio ao
20 Parque Estadual do Rio Doce; Leovegildo Soares de Souza, da Ordem dos
21 Advogados do Brasil (OAB/MG); Jocilene Ferreira da Costa, da Universidade do
22 Estado de Minas Gerais (Uemg). **Assuntos em pauta.** **1. EXECUÇÃO DO HINO**
23 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2. ABERTURA.** O
24 Presidente Cezar Cruz declarou aberta a 72ª reunião ordinária da Câmara de
25 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, após constatado o quórum
26 regimental pela Secretaria Executiva. **3. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E**
27 **ASSUNTOS GERAIS.** O Presidente César Augusto Fonseca e Cruz passa a palavra



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

28 ao conselheiro Paulo José de Oliveira (Relictos): “Boa tarde Presidente, boa tarde
29 a todos e a todas. É só para falar que estou na Relictos e estou percebendo que
30 a minha internet está muito instável. Então, caso eu perca a conexão, volto em
31 seguida, inclusive o áudio está picando muito e às vezes as falas estão ficando
32 picadas, mas vamos tentar acompanhar aqui o melhor possível, obrigado”.
33 Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Perfeito conselheiro, agradeço a
34 manifestação. Está registrado! Mais algum conselheiro deseja fazer o uso da
35 palavra”? Não havendo mais nenhuma manifestação, passamos para o próximo
36 item”. **4. EXAME DA ATA DA 71ª RO DE 22/03/2022. APROVADA** por
37 unanimidade. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04; Ibama/MG,
38 CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG e Uemg. Assistiremos agora
39 uma apresentação feita pelo Núcleo de Projetos Especiais do IEF no nosso item
40 5 da pauta. **5. PROGRAMA DE CONCESSÃO DE PARQUES. APRESENTAÇÃO:**
41 **NÚCLEO DE PROJETOS ESPECIAIS/IEF.** O Presidente César Augusto Fonseca e
42 Cruz: “Assistiremos agora, a apresentação do Núcleo de Projetos Especiais do
43 IEF, sobre o Programa de Concessão de Parques, que será realizada pela Cecília
44 Fernandes Vilhena, do IEF e posteriormente disponibilizada no site da Semad”.
45 **Apresentação realizada**. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Muito
46 obrigado, Cecília. Eu vou abrir a palavra para os conselheiros que desejarem se
47 manifestar, tirar suas dúvidas. Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva
48 (Amda): “Olá, Cecília e conselheiros. Boa tarde a todos! A minha primeira dúvida
49 é para onde vai o recurso? Esse lucro previsto, creio que de 4,5%, 4%, perdi o
50 número aqui. Iria para o caixa único? Talvez, esse é o grande problema que
51 discutimos aqui na CPB, são os recursos da compensação indo para o caixa único.
52 Uma ideia colocada em prática agora, é essa das concessões, muito boa por sinal.
53 Mas novamente, a nossa preocupação é, o recurso vai para o caixa único? Um
54 outro problema que eu vejo, saiu um artigo científico no final do ano passado,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

55 não sei se você teve acesso, sobre as unidades de conservação, feito pelo Silveira
56 Júnior, em dezembro de 2021, que trata dos principais conflitos nas unidades de
57 conservação de Minas Gerais. Dentre esses, eles mapearam através de
58 questionário com todos os gerentes, o maior conflito é a regularização fundiária,
59 novamente a preocupação. Como vai acontecer essa regularização fundiária
60 junto a essas concessões? O processo continuará estagnado ou é previsto, é
61 destinação de algum recurso especial para estas áreas de concessão”? Cecília
62 Fernandes Vilhena (IEF): “Boa tarde, Gustavo. Obrigada pela pergunta. Bom
63 revê-lo! A resposta à primeira pergunta é: sim! O recurso vai para o caixa único,
64 hoje não temos um outro mecanismo estabelecido, então ele segue a lógica dos
65 recursos de arrecadados pela visitação no Estado, ele vai para o caixa único. A
66 grande vantagem do modelo é a redução de custos, não trabalhamos assim, as
67 nossas unidades de conservação não têm uma visitação expressiva se
68 comparada com outras unidades a nível Federal. Então, para nós, tem sido um
69 desafio muito grande identificar e demonstrar viabilidade econômica desses
70 processos. Então, quando você utiliza o subsídio cruzado, como eu mencionei,
71 no caso do Ibitipoca, o que também está sendo pensado que vai ser melhor
72 aprofundado lá nas unidades do Jequitinhonha, significa que de repente, o
73 Parque Estadual do Biribiri teria a possibilidade de gerar um lucro maior. Mas,
74 ao invés da gente concentrar todo esse lucro, receber todo esse lucro,
75 trabalhamos com subsídio cruzado e unidades que talvez estariam gerando
76 lucro, porque elas têm um custo operacional alto, a tem um nível de
77 responsabilidade muito alto para cumprir, de funcionários que ele vai assumir,
78 de vigilância patrimonial. Enfim, de atendimento constante. Então, esse lucro
79 acaba sendo um pouco repartido nessa lógica de subsídio cruzado, porque nosso
80 objetivo não é gerar uma maior arrecadação. Vamos ter sim, uma economia de
81 recursos públicos, como já temos observado, no caso das unidades da Rota Lund



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

82 e nessas outras unidades, temos feito, como estratégia para que a gente consiga
83 otimizar melhor é trazer recursos da concessionária para outras unidades e
84 repartir um pouco do lucro para a manutenção de outras unidades que não
85 teriam viabilidade econômica, sozinhas. Então, o montante que entra, ele não é
86 tão grande, o montante que deixa de sair, ele é mais significativo. Essa é uma
87 lógica econômica que é interessante, mas de fato, hoje nosso mecanismo é
88 arrecadação no caixa único, ainda. E em relação a regularização fundiária, sem
89 dúvida é um dos maiores gargalos hoje, nosso sistema de unidades de
90 conservação, não só em Minas, como no Brasil e no âmbito das concessões, a
91 gente faz uma análise da situação fundiária, especialmente das áreas de uso
92 público, das áreas mais importantes para que a concessão se estabeleça. Como
93 concessionária, ele só tem a função de prestar os serviços turísticos, não fazem
94 parte das áreas de concessão. Então, as áreas de uso público, específicas das
95 unidades, áreas mais estratégicas elas têm que estar regularizadas. Então, a
96 gente conseguiu desde 2019 alguns avanços nesses processos, principalmente
97 em arrecadação sumária de terras devolutas, que eram áreas que acreditávamos
98 que eram devolutas, mas que não tinham documentação da Terra e que a gente
99 conseguiu comprovar, entrar com todos os estudos, com georreferenciamento,
100 conseguir a posse desta terra, ter segurança jurídica de que essa área é de fato
101 do Estado. E estamos trabalhando também com alguns termos de comodatos,
102 principalmente com grandes empresas que têm áreas dentro de unidades de
103 conservação, que não tem nenhum uso, nenhum tipo de gestão lá dentro. Então,
104 nós estamos estabelecendo termos de comodatos com essas empresas, para
105 que elas cedam para nós o direito de uso e exploração dessa área. Ainda que
106 futuramente essas áreas possam vir a ser doadas por meio de compensações
107 ou mesmo possam vir a ser indenizadas. Então, há uma priorização, eu não vou
108 saber aprofundar no trabalho da regularização fundiária. Mas, tem uma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

109 priorização, propriedades são mais estratégicas, com todas as ferramentas
110 adequadas, têm tido alguns avanços e no âmbito das unidades inseridas no
111 Programa Parque, a gente tem tido grandes avanços de arrecadação de terras
112 devolutas e de termos de comodato, que nos dá segurança jurídica para gerir e
113 assim também sana os conflitos existentes dentro dessas propriedades. É
114 importante mencionar também, que o recurso da concessão, que é o recurso da
115 visitação, ele cai no caixa único, mas ele não se confunde com recurso da
116 compensação ambiental, pois são institutos diferentes, só para deixar isso claro.
117 Obrigada pela pergunta”. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Obrigado,
118 Cecília. Passo a palavra ao conselheiro Paulo”. Conselheiro Paulo José de Oliveira
119 (Relictos): “Eu queria só fazer um comentário, eu acredito que sei qual será a
120 resposta, mas seria somente para reforçar um pouco a nossa posição. Eu até
121 então, até que prove o contrário, acredito que quando o Estado faz concessão
122 de parques para iniciativa privada, de alguma forma a sociedade acaba
123 perdendo, sabe? Acredito que o acesso da comunidade fica um pouco restrito,
124 fica prejudicado e quando a gente vê uma apresentação em que os parques
125 podem gerar um lucro tão significativo, fica a pergunta: por que na mão do
126 Estado não dá lucro? A gente não auferir esse lucro que é apresentado quando
127 passa para a iniciativa privada. Então, fica parecendo que o Estado não faz por
128 onde do empreendimento público, não dar lucro justamente para passar para a
129 privada. Não que a gente não acredite na iniciativa privada. Lógico que é
130 evidente a iniciativa privada visa o lucro mesmo. Então, é um trabalho que
131 quanto melhor, quanto mais bem feito, mas ele vai auferir lucro. Se souber
132 trabalhar! Então, a pergunta que fica, enquanto cidadão é essa, por que ‘na mão’
133 do Estado dá prejuízo? Não tem nem funcionário para cuidar, mas se dá lucro?
134 Então, se dá tanto lucro assim, era só administrar bem e os recursos auferidos
135 serem repassados para a recuperação e a melhoria das nossas questões



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

136 ambientais. Então, o questionamento que fica é o porquê disso? Igual a Vale, a
137 história dela é a mesma coisa, quanto pior, melhor. Ela avalia bem pouquinho,
138 mas é só ela 'pegar' e o lucro se dá! É só exemplificando. Então, na verdade, o
139 que a gente gostaria é que eles não estivessem ganhando dinheiro, porque às
140 vezes fala que o Estado vive de caixa no vermelho, mas se tem um
141 empreendimento na mão que dá lucro, por que que ele não faz dá lucro 'na mão
142 dele'? Então, ficamos imaginando que falta gestão. Mas, será que é realmente
143 gestão? Ou será que há algum outro interesse que não estamos percebendo?
144 Então, é só mais uma crítica! E quem sabe, há uma resposta que me convença,
145 que realmente o Estado tem que fazer isso. Não contra o empresário que vai
146 assumir, que eu tenho certeza que tem competência. E vai mesmo auferir lucro
147 com isso, pois o bem natural sempre dá lucro. Mas, se saber administrar! Então,
148 a pergunta que fica é essa: O Estado 'abre mão' do que ele mesmo mostra que é
149 lucrativo? Seria essas as minhas considerações. E lógico, como o meu colega
150 falou, temos a preocupação do recurso ir para o caixa. E às vezes nem sempre o
151 retorno do parque, do bem natural, o recurso vai ser aplicado em contrapartida,
152 para melhorar o equilíbrio ambiental, a recomposição, a recuperação, a melhoria
153 das nossas questões ambientais. Acredito que esse recurso teria que ser verba
154 carimbada dentro do Estado. Seria essa minha fala, muito obrigado". Cecília
155 Fernandes Vilhena (IEF): "Obrigada Sr. Paulo, pela fala. Bom, quando fazemos
156 gestão do turismo, precisamos de muita flexibilidade, de muita inovação, de fato
157 é uma atividade muito específica e é uma atividade comercial. Então, de fato o
158 Estado - isso não é só no Brasil - o Estado enfrenta esse desafio de um Órgão
159 Ambiental ser um Órgão Comercial, um atendente, então nossa equipe de
160 funcionários hoje, são funcionários concursados, mesmos operacionais, são
161 concursados, nem sempre no Estado tem a flexibilidade necessária para gerir
162 uma atividade tão dinâmica quanto o turismo, uma atividade tão específica.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

163 Então, estamos falando aqui de gerir atividade de aventura, você precisa de ter
164 um concurso, para operador de uma tirolesa, de um instrutor de uma atividade
165 de escalada. Então, são coisas muito específicas. Por exemplo, para vender um
166 souvenir, como vamos fazer? Vamos licitar a confecção para depois vender, esse
167 dinheiro vai cair no caixa único? Então assim, tem toda uma burocracia, que
168 enquanto Estado é uma burocracia necessária, mas que tem disfunções da
169 burocracia, que temos que lidar com ela, a gente sabe que temos recursos
170 limitados. Então a estratégia da concessão é uma estratégia para otimizar os
171 recursos existentes. Se você pegar hoje o orçamento do Estado, você vê que as
172 unidades que recebem mais visitantes, uma delas são essas cavernas da Rota
173 Lund, você precisa ter 2 condutores de cavernas que precisam estar sempre
174 capacitados, conduzindo grupos de a cada 20 pessoas, são 2 condutores, então
175 chega um ônibus, você tem um dinamismo, mas o nosso contrato ele é
176 engessado no ponto de vista do horário de trabalho, da flexibilização. Então, são
177 contratos 40 horas, você não pode ter determinado dia, determinado horário,
178 então é essa flexibilidade, essa possibilidade de venda, de comercialização, de
179 estar em todas as feiras vendendo os nossos atrativos turísticos. Isso são
180 expertises muito do setor privado. Então, pesquisamos muito como que outros
181 países lidam com os Parques Nacionais, onde dá certo e por que dá certo? E com
182 a pesquisa, a gente descobre que em quase todos os países que têm partes como
183 grandes ativos do turismo e bem estruturados, eles têm processos de concessão.
184 Eu posso estar falando aqui dos nossos vizinhos, o Peru, Costa Rica, Argentina,
185 posso estar falando, de países lá da Austrália, da Oceania, na Austrália, você tem
186 na Nova Zelândia, você tem no Canadá, você tem nos Estados Unidos, países de
187 primeiro mundo também, que são países que você fala: 'Não, eles têm
188 orçamento, eles talvez sejam até mais eficientes na gestão pública, eles têm
189 orçamento e ainda assim eles optam pela parceria com a iniciativa privada, para



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

190 prestação de serviços turísticos, porque é uma atividade muito específica do
191 setor privado mesmo. Então, por mais eficiente que fossemos - não estamos
192 dizendo que não há falhas na gestão pública - mas, por mais eficiente que
193 fossemos, é uma atividade muito específica e que a gente não nunca conseguiria
194 ter a expertise e a flexibilidade necessária, inovação necessária para aprimorar,
195 com dinamismo necessário, para ser um destino competitivo e atrair, de fato, os
196 brasileiros e o que queremos é que mais brasileiros conheçam, visitem, gostem
197 dos nossos parques e que sejam áreas valorizadas, para que fortalecermos
198 também a nossa política de conservação ambiental. Então, não é só uma questão
199 econômica, é uma questão de expertise mesmo, de flexibilidade e de otimização.
200 Se eu deixo de ter, a gente também percebe que a maior parte desses
201 funcionários na Rota Lund eles estavam ali, todos os funcionários contratados,
202 dedicados a atender visitantes e, na verdade, você acaba deixando de lado a
203 nossa função principal, que é a conservação ambiental. Então, quando você não
204 tem esse tipo de preocupação, esse tipo de ação, não vamos ter poucos
205 funcionários nessas áreas, eu consigo reduzir o número de funcionários
206 existentes, mas mantendo em quantidade adequada para que os funcionários
207 consigam melhorar a atuação na conservação ambiental, seja no
208 monitoramento, na fiscalização ambiental, na educação ambiental, no fomento
209 à pesquisa científica, na recuperação de áreas. Então conseguimos melhorar a
210 nossa atuação na conservação ambiental e deixa para o privado aquilo que ele
211 sabe fazer melhor. E aí, parte dessas vagas que conseguimos reduzir,
212 conseguimos recolocar e fomentar outras unidades de conservação que hoje não
213 tem funcionários em quantidade, minimamente satisfatória. Então, também é
214 uma estratégia de otimizar os recursos existentes. Não sei se te convenci, não
215 é minha intenção também, mas só trazendo aqui um ponto de vista".
216 Conselheiro Paulo José de Oliveira (Relictos): "Cecília, só aproveitando sua fala,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

217 eu agradeço. Só que assim, infelizmente não convenceu, porque na verdade o
218 Estado não tem uma 'expertise', mas ele tem o capital, o recurso, se é que o
219 empreendimento dá tanto recurso assim, dá Lucro. Ele teria que aplicar isso em
220 mão de obra qualificada seja em que horário for, acredito se pegar, por exemplo,
221 a área da saúde, um hospital público é 24 horas no ar trabalhando, tem que
222 contratar gente para 24 horas, então isso é questão de realmente ter o plano,
223 ter a gestão para colocar. Porque na verdade a gente vê a perda para uma
224 parcela da sociedade, quando privatiza, existe! E outra questão que vemos é
225 que, de alguma forma, se flexibiliza a proteção ambiental, principalmente,
226 porque de alguma forma impacta, sabemos que a sede, a fome do capital é muito
227 grande e acaba que por mais que tenha zona de amortecimento, mais que tenha
228 plano diretor, por mais que tem as leis, quando passa para a iniciativa
229 privada, acaba acontecendo situações que a gente já viu, que depois vem às
230 vezes até multa, o Estado multa, paga a multa, mas fica do jeito que ele fez e vai
231 continuar: 'A não, agora já está assim, vai ficar assim'. Então, de alguma forma,
232 temos a preocupação de que o bem natural já não vai ser tão natural assim. A
233 preocupação é muito nesse sentido. É questão de dividir condições, de ter
234 expertise, isso o Estado se quiser, tem. Porque se for por essa premissa, não
235 podemos ter isso, nós vamos ter que terceirizar também os técnicos do Copam,
236 porque, será que tem a expertise que os profissionais têm? Nós não temos os
237 técnicos capacitados altura, certo? Então, eu acho que é muito 'por aí'. Então,
238 seria essa a minha preocupação, fica o meu desabafo, a minha preocupação,
239 espero que provem o contrário, lógico que vemos mundo afora os parques muito
240 bem geridos, pela iniciativa privada. Mas em contrapartida, vemos parques
241 muito bem geridos pela iniciativa pública, pelo poder público em muitos lugares
242 e tem funcionado! Acho que é uma questão de querer, 'não sei', espero que
243 alguém me prove o contrário até então. Muito obrigado Cecília". Presidente



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

244 César Augusto Fonseca e Cruz: “Obrigado, conselheiro. A sua manifestação foi
245 registrada. Só destacando que, o IEF tem trabalhado nesse modelo, para verificar
246 o que impacta nesse modelo e onde vamos ter mais sucesso na nossa gestão das
247 nossas unidades de conservação. E nesse contexto, que estamos trabalhando em
248 equipe com a Cecília e investindo tanto nesse novo modelo. Está dentro daquilo
249 que a gente tem hoje no Estado de Minas Gerais a nós vamos conseguir ter uma
250 maior efetividade nessa gestão desses serviços públicos, que não é uma
251 privatização. É uma concessão dessa gestão dos fundos públicos de uma forma
252 diferente, para que a gente consiga resultados diferentes, ‘praticamos
253 diferentes, para ter resultados diferentes daquilo que tem sido praticado até
254 hoje’. Investir na gestão dessas unidades de conservação. Então, o trabalho todo
255 tem sido sentido de sempre desenvolver o melhor serviço e conservação
256 ambiental nas nossas unidades de conservação e é com isso, trabalhando
257 exaustivamente. A sua fala está registrada, conselheiro. Muito obrigado. Passo a
258 palavra para o conselheiro Adriano da CMI”. Conselheiro Adriano Nascimento
259 Manetta (CMI-MG): “Boa tarde a todos! Num primeiro momento, acho
260 interessante a colocação do conselheiro Paulo, porque traz essa dúvida, essa
261 insegurança que muita gente tem nessa questão da especialização e da
262 profissionalização do serviço. Eu tenho uma anedota familiar! Meu pai e eu,
263 sempre fomos desenvolvedores urbanos a vida inteira e quando meu pai estava
264 começando a vida, ele chamou o sogro - meu avô - para ser investidor em um
265 projeto em Brumadinho. E foi um grande sucesso, até um ponto em outros
266 sócios, quiseram encerrar a sociedade e saíram disso com um dinheirão. OK!
267 Pegaram esse dinheiro, compraram um novo terreno, dessa vez em Nova Lima,
268 com a ideia de fazer um novo loteamento. OK? Mas, no meio desse caminho,
269 meu avô gostou da casa antiga que tinha lá, casa de fazenda e começou a ‘brincar
270 de fazenda’ dentro do terreno que era para ser loteamento. Em pouco tempo,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

271 em menos de 10 anos, antes que eles percebessem, o dinheiro do loteamento já
272 tinha escoado pelo ralo, a fazenda não estava produzindo nada, cheio de
273 problema com as cabeças de gado, cheio de problema com o plantio, correram
274 para encerrar atividade agrícola e correram para fazer o loteamento. 'Aí' rendeu
275 dinheiro, meu avô não fez outro, meu pai fez vários outros e viveu a vida inteira
276 disso. O ponto é: você pode me entregar, eu que sou desenvolvedor urbano, é
277 uma operação enorme, extremamente rentável, como uma Vale, uma Anglo
278 American, uma Anglo Ferrous, uma AngloGold, em menos de 6 meses, eu
279 garanto que essa operação estará quebrada na minha mão. Simplesmente
280 porque eu não sei operar mineração de ferro, não sei operar empreendimento
281 agrícola, o que eu sei fazer, me treinei, me preparei e errei bastante até
282 aprender, é desenvolvimento urbano. E da mesma maneira, acho que o IEF é
283 qualificado para promover a conservação do território, mas ele tem dificuldade
284 para promover o turismo. Ele mesmo, os técnicos do Órgão e quando pensamos
285 na unidade de conservação criada, ela envolve uma barganha imediata. Quero
286 dizer, em um espaço que a gente protege, necessariamente alguma outra coisa
287 deixou de ser possível ali. Seja um potencial mineral, um potencial agrícola, um
288 potencial urbano, alguma coisa não mais vai poder ser feito naquele espaço. O
289 que eu estou dizendo é que, socialmente, toda a unidade de conservação tem
290 um custo e por essa razão mesmo, é importantíssimo que ela dê retornos
291 perceptíveis e sensíveis para além da mera conservação. Que de mera não tem
292 nada, mas apenas conservação. Dessa forma, o que eu acho espetacular desse
293 programa e mais espetacular ainda que a gente já tenha um grupo
294 empreendedor que tenha ousado, que tenha topado apostar junto com o
295 Governo do Estado na gestão das unidades de conservação e na implementação
296 de turismo profissional, é que esse programa, se bem-sucedido, consegue trazer
297 essa percepção na medida em que ele consegue colocar as pessoas para dentro



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

298 da unidade de conservação. Ele cria o valor, a percepção e o sentimento, quando
299 o turismo fica desenhado, detalhado e profissional. Das Unidades Federais
300 concedidas, a única que conheço é Fernando de Noronha, mas é preciso dizer, é
301 um trabalho primoroso que acontece lá, em um ambiente cheio de condições e
302 regras, até com uma coisa estranha, que eles têm uma política de eugenia. Eles
303 proíbem que as pessoas nasçam na ilha para não ter cidadania lá, uma coisa
304 estranha. Mas conseguiram conciliar isso e o turismo é 'super' detalhado, você
305 chega na ilha, você acha que você está na Disneylândia do ecoturismo. E o que
306 eu enxergo de potencial nesse plano e eu acho que ele é bem feito e está sendo
307 levado a efeito nesse sentido, é produzir essa mesma Disneylândia nas nossas
308 unidades de conservação. Pois temos verdadeiros espetáculos escondidos
309 dentro de Minas e pouco conhecidos pela população em geral, exceto o que já
310 tem o hábito do turismo de aventura, de desbravar. Mas, isso precisa chegar na
311 população da capital, precisa chegar em gente que está acostumado a viver só
312 dentro de cidade e eu acho que o programa tem condição de fazer isso de uma
313 maneira econômica e inteligente, sem prejudicar a gestão da unidade. Ao
314 contrário, melhorando e agregando, inclusive trazendo população junto. Então,
315 na minha percepção, a condução está de parabéns, Cecília! Já vi a apresentação
316 várias vezes, não manifestei, mas até me alongando, eu acho espetacular a
317 forma como está sendo conduzido, é um elogio mesmo, obrigado". Presidente
318 César Augusto Fonseca e Cruz: "Obrigado, conselheiro Adriano, pela fala muito
319 lúcida e ativa, e destacando também o esforço que a gente tem feito,
320 exatamente para poder encontrar um modelo de gestão desses serviços que são
321 prestados dentro da nossa unidade de conservação, dos guias turísticos de uma
322 forma adequada, e que a gente consiga ofertar tanto a melhor conservação
323 quanto também melhor futuro para visitação dessas unidades". Conselheiro
324 Junio Augusto dos Santos Silva (Ibama): "Boa tarde para todos. Cecília, gostaria



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

325 de parabenizar o IEF, eu acho que a iniciativa louvável. Uma coisa que eu sempre
326 guardei, na verdade, eu conheço poucos Parques Estaduais, mas eu conheço
327 muito bem alguns e pelo menos um, eu morei lá praticamente como pesquisador
328 durante quase 3 anos da minha vida acadêmica, que é o Parque Estadual do Rio
329 Doce. Eu torço muito para que o modelo funcione, é uma das coisas que acredito
330 ser essencial e eu tenho certeza disso, que vocês fizeram um trabalho excelente.
331 Eu já vi essa apresentação outras vezes, não vamos reinventar a roda, mas
332 quando vemos os modelos da Argentina, Chile, Peru, nem se fala os Estados
333 Unidos, só para ter uma ideia os Estados Unidos, durante a pandemia, mesmo
334 com regras de isolamento, os parques nacionais são 423 unidades de
335 conservação em Nível Federal, receberam quase 300 milhões de pessoas, isso
336 inclusive, foi uma redução porque estava em uma curva ascendente, o gráfico,
337 os relatórios estão disponíveis. E é uma das coisas que eu também acho, eu já
338 falei isso em outras reuniões, que não é função das equipes, de unidade de
339 conservação. Já convivi com vários colegas do IEF, visitando o Parque Estadual
340 do Rio Doce, não é função realmente de administrar restaurante, administrar
341 lanchonete, administrar loja de souvenir, eu acho que isso realmente, essa
342 questão de 'muitas vezes, fazer visitas guiadas', e obviamente que eu entendo
343 que a equipe do IEF é muito competente para avaliar quais são, digamos assim,
344 os predicados de cada unidade de conservação. Porque uma das coisas que
345 muita gente cita, por exemplo, os Estados Unidos, lá eles têm uma política de
346 mais de 100 anos de unidade de conservação. Eles cometeram muitas falhas,
347 obviamente, você só aprende, tentando, errando e tentando e errando
348 novamente. Mas, eu desejo felicidades para vocês, eu entendo esse ponto de
349 vista abordado, que o caminho é esse mesmo e seja possível, que obviamente sei
350 que as regras para as concessionárias são rígidas e importante que sejam rígidas
351 da maneira como você expôs mesmo. E espero que todos, o meio ambiente lucre



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

352 bastante com isso, acredito que esse é o objetivo principal. E dessa forma, as
353 unidades de conservação, utilizem seus profissionais, além de, obviamente
354 manter o controle sobre concessões, e sejam também designados a
355 desenvolver outras atividades importantíssimas que entendemos que são
356 importantes do ponto de vista da gestão da unidade de conservação. Então,
357 minhas felicitações, vocês estão de parabéns pela iniciativa, OK? ". Cecília
358 Fernandes Vilhena (IEF): "Obrigada Junio, Manetta também. A ideia é essa
359 mesmo! É tentar, com isso aprimorar as outras ações do IEF na conservação
360 ambiental. Eu queria só agradecer a oportunidade de estar aqui novamente,
361 falando sobre o programa com vocês, me colocar à disposição para voltar
362 sempre que necessário, trazendo novas atualizações e mais informações sobre
363 os contratos e também deixar o convite para que todos os conselheiros
364 conheçam ou retornem a Rota das Grutas Peter Lund, que é bem próximo a Belo
365 Horizonte, uma ida em um sábado de manhã com a família, um domingo, os
366 parques estão abertos! Parque Sumidouro, aqui em Lagoa Santa está aberto, já
367 recebeu pequenas melhorias, tem várias outras melhorias para receber nos
368 próximos anos. Mas, fica o convite para vocês conhecerem a unidade, sobre a
369 gestão da concessão e também verem como que está o modelo funcionando de
370 perto. Eu acho que é normal termos algumas, uma parcela da sociedade
371 ter algumas resistências, ter receios, mas acredito que a ideia do programa é
372 inovarmos e tentar fazer melhor, acho que as unidades de conservação merecem
373 boas tentativas, e torcemos e acreditamos muito que vai dar certo, e temos
374 trabalhado para fazer um contrato da melhor forma possível para cada uma
375 delas. Então obrigada pela oportunidade mais uma vez, boa tarde a
376 todos". Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: "Obrigado, Cecília. Agradeço
377 a equipe do IEF pelo anúncio do excelente trabalho! Parabéns Cecília e para toda
378 a equipe pela excelente apresentação, pela clareza das informações prestadas e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

379 desejo muito sucesso em todo o trabalho que temos pela frente. E muito
380 obrigado! Passamos então ao item 6 da pauta”. **6. CRITÉRIOS PARA A ANÁLISE**
381 **DO ITEM ‘INTERFERÊNCIA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO**
382 **INTEGRAL’. APRESENTAÇÃO: GCARF/IEF.** Presidente César Augusto Fonseca e
383 Cruz: “Essa apresentação se motiva em razão de algumas dúvidas que surgiram,
384 alguns critérios de análise de índice de relevância que são utilizados pelos
385 técnicos e analistas como base para elaboração dos nossos pareceres. Em função
386 dessas dúvidas, entendemos por bem trazer essa apresentação de forma
387 sucinta para que a gente possa esclarecer essas dúvidas e aclarar a forma como
388 os analistas ambientais destacam e trabalham com esse critério de análise, que
389 será utilizado na construção dos Pareceres Técnicos. A apresentação será feita
390 pela Renata Denucci Gerência de Compensação Ambiental e Regularização
391 Fundiária (GCARF)”. Renata Lacerda Denucci (GCARF): “Boa tarde, Srs.
392 Conselheiros. Boa tarde, colegas de trabalho e demais ouvintes. A GCARF
393 apresentará agora os critérios para análise do item de interferência em unidade
394 de conservação de proteção integral, que é um dos fatores de relevância para
395 análise do grau de impacto dos empreendimentos. Como o Cezar falou, essa
396 apresentação ela visa esclarecer uma manifestação que ocorreu na CPB passada
397 e que foi referente a esse fator. Primeiramente, gostaríamos de esclarecer que
398 os técnicos restringem aos princípios constitucionais da administração pública,
399 que são a pessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade. Os analistas também
400 seguem as normas e diretrizes estabelecidas pela nossa instituição. Através de
401 cada parecer único, temos esforço de servidores, horas de trabalho para
402 produzir as peças técnicas, com qualidade e visando subsidiar a decisão desse
403 Colegiado. Nesse item específico, como veremos aqui na apresentação, os
404 técnicos atuam de forma objetiva, analisamos os critérios locais do
405 empreendimento em face a unidade de conservação afetada. Cabe ressaltar que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

406 os técnicos não realizam vistoria no empreendimento e nem nas unidades de
407 conservação afetadas, ficando restrita a análise dos estudos ambientais e
408 pareceres dos órgãos licenciadores. As divergências técnicas e jurídicas são
409 naturais que ocorram nos processos aqui nessa Câmara, mas é preciso nos
410 posicionar de forma respeitosa e dessa forma, o IEF solicita a todos mais
411 prudência nas colocações, principalmente quando ocorrer divergências nos
412 entendimentos, que é natural. Esse índice de interferência em unidade de
413 conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento consta lá na
414 planilha de grau de impacto, onde contempla nos pareceres que vocês
415 deliberam. Quais são as considerações que são relevantes nesse índice? São 2
416 situações, primeira situação é a interferência em unidades de conservação de
417 proteção integral ou a segunda situação é interferência na sua zona de
418 amortecimento. Na interferência em unidade de conservação de proteção
419 integral, o que o POA nos orienta? Orienta que, a unidade de conservação
420 afetada é aquela que esteja localizada em um raio de 3 km. O POA como todos
421 sabem, a nossa normativa que é deliberada aqui, APROVADA no início de todo
422 ano, e vocês deliberaram o POA/2022 no início deste ano. É importante destacar
423 2 pontos. As unidades de conservação localizadas em um raio de 3km, mas que
424 por constatações do Órgão Ambiental não sejam considerados afetadas pelo
425 impacto do empreendimento, não vai ocorrer marcação, também pode existir
426 unidade de conservação localizada no raio de 3km, mas por constatações
427 técnicas elas podem ser afetadas. Podem perceber alguma afetação e pode
428 ocorrer marcação, isso depende da análise do analista. Segundo ponto,
429 interferência na zona de amortecimento de unidade de conservação de proteção
430 integral, a zona de amortecimento também é orientada no POA e considera que
431 na unidade de conservação de proteção integral, localizada a menos de 3km do
432 empreendimento, ela recebe influência ou interferência do mesmo. E onde os



Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

433 analistas buscam essa interferência, essa percepção e essa análise? Na IDE que
434 também já foi apresentada aqui nesta Câmara, que a nossa base de
435 infraestruturas de dados espaciais. Nessa plataforma, eles observam a zona de
436 amortecimento, tem as unidades de conservação que constam um plano de
437 manejo e ali é observado na IDE, mas também tem aquelas que não têm plano
438 de manejo, mas é considerado, observando o IDE os 3 km. Enfim, é somente isso.
439 Agradeço! Estou à disposição aqui para questionamento, só queríamos esse
440 espaço para dar um esclarecimento sobre os critérios da interferência”.
441 Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: Como eu disse conselheiros, a
442 apresentação realizada pela Renata é simples, apenas para poder classificar
443 como é trabalhado esse critério dentro dos nossos Pareceres. Abro a
444 palavra para as manifestações de vocês ou dúvidas que quiserem tirar.
445 Conselheiro Adriano Manetta (CMI): “Desconfio que ter essa apresentação aqui
446 tem a ver com a colocação que eu fiz bastante *en passant* na reunião anterior.
447 Até em sede, só de ressalva quanto ao voto favorável num determinado
448 empreendimento. Buscando ser conciso, rápido e passar logo pelo ponto, sem
449 alongar debate, que se fosse o caso de alongar, a gente tinha até pedido
450 destaque quando fazia no início da participação na CPB para esses pontos. Eu
451 acho que acabei por exceder algumas colocações na pretensão de ser conciso
452 mesmo, de ser curto na colocação. E acho que é preciso pontuar em primeiro
453 lugar que a gente tem uma divergência específica quanto a este regramento, não
454 ele todo, mas exatamente no ponto onde se estabelece um distanciamento de
455 6km entre a área diretamente afetada e o empreendimento como o *Standard*,
456 como o mínimo ou a presunção de ocorrência, de impacto decorrente do
457 empreendimento sobre a unidade de conservação. Seis quilômetros porque se
458 coloca um raio de 3 na ADA, outro raio de 3 nas unidades de conservação que
459 não tenham zona de amortecimento formalmente estabelecida e, havendo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

460 qualquer sobreposição entre esses raios, entra-se na hipótese de presunção, que
461 é o que a gente chama de dupla entorno normalmente nas votações. Mas, no
462 caso específico sobressaiu que entre o empreendimento e a unidade específica,
463 a gente tinha uma ampla área de mancha cinzenta urbana, e era para isso que
464 eu queria chamar atenção. Mas veja que o ponto aí é especificamente quanto a
465 esse debate normativo. Acho que é necessário tomar esse cuidado de jeito
466 nenhum e é até com tristeza, que eu percebo que houve esse erro de colocação
467 e percepção, a gente em uma colocação dessa, busca atacar o trabalho ou o
468 próprio posicionamento dos técnicos do IEF de forma alguma. Ao contrário, eu
469 sei bem que eles trabalham dentro de um regramento, que a equipe precisa
470 observar esse regramento e a divergência, especificamente com o
471 atual regramento. E a provocação é feita no sentido de, eventualmente se
472 promover adequação e revisão do regulamento, não da conduta dos servidores.
473 Dessa forma, eu acho que cabe esclarecer também, porque houve 2 termos mais
474 fortes, até revendo a Ata aqui no momento inicial da nossa reunião, até por
475 cacoete indevido de advogado, indevido, não sei! Mas cacoete. Uma questão,
476 falei e consta na ata que beira a imoralidade. E aí, isso vem muito dentro de um
477 pensamento de direito, é muito comum a gente dizer determinada questão não
478 é ilegal, mas é imoral em um senso de 'não condiz com a realidade', não se
479 adequa de maneira concreta ao caso. E de fato, jogado da forma curta como foi,
480 fica sem contexto, mas o que eu quis dizer ali é simplesmente que, o regramento
481 de 2 raios ou da distância de 6 km, no caso deveria ter sido ou deveria ter espaço
482 para que fosse cotejado com o que existe entre o empreendimento em unidade
483 de conservação que é uma grande faixa de zonas cinzentas, cidade adensada e,
484 a meu ver, de fato, não há muita possibilidade de que esse empreendimento
485 causa algum tipo de impacto naquela unidade por isso. Um segundo ponto mais
486 forte, uma imagem, a ideia de 'moita' para unidade de conservação, muito tirada



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

487 de uma discussão velha que se fazia sobre reservas legais, que terminavam
488 isoladas quando feitas fora de contexto e dentro do que é o arbitrário, do que é
489 uma propriedade, a propriedade é uma definição arbitrária, decorre de sorte, o
490 que é o perímetro de uma propriedade. E muitas vezes ficavam essas reservas
491 legais isoladas e se fez essa imagem da 'moita'. Aqui, era só para dizer que se
492 trata de um parque estritamente urbano muito equivalente ao Parque Municipal
493 de Belo Horizonte, só que de menor tamanho, cercado de vias por todos os lados,
494 quer dizer, e por cidade de todos os lados, cidade adensada, é quase uma praça,
495 é um parque menor. Era essa a percepção que queria colocar. Acho que acabou
496 para ser curto, sendo um pouco excessiva e infeliz a colocação, mas sem nenhum
497 objetivo de atacar ou criticar ninguém, nem o trabalho, é chamar atenção para
498 o ponto que nessa questão específica havia um ponto que era mais evidente ou
499 chamava mais a atenção do ponto de vista da técnica que era essa pouca
500 dimensão da unidade de conservação e esse espaço urbano existente entre a
501 unidade e empreendimento que também é urbano e que dentro de uma lógica,
502 se essa unidade for ter um plano de manejo, esse plano não deveria, inclusive,
503 prevê zona de amortecimento, porque não teria o que prever para isso. Mas era
504 só essa percepção! Se for isso mesmo, já deixo aí o pedido de desculpas pelo
505 excesso e espero satisfatória a correção da colocação, está certo? Mas é isso.
506 Obrigado". Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: Conselheiro Adriano,
507 agradeço sua manifestação, longe de querer pessoalizar qualquer fala, eu acho
508 que com o nosso tempo aqui tenha ficado clara a forma como a equipe analisa,
509 eu acho que manifestações ocorrem, elas sondam a reunião, se não fossem
510 assim, não haveria sentido na realização das nossas reuniões, as divergências
511 estão presentes, fazem parte, inclusive do processo evolutivo natural e
512 necessário das normativas. Uma coisa que é importante destacar, o trabalho que
513 é desenvolvido nessas evoluções, para que a gente possa ter normas cada vez



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

514 mais aprimoradas, destacar o trabalho da equipe que sempre se dedica muito
515 na elaboração desses pareceres com muito carinho, muito cuidado, muita
516 presteza e destacar também o trabalho dos conselheiros aqui que estão abertos
517 a todo esse método, essa discussão a todo esse debate e, para que a gente
518 consiga ter frutíferos, cada vez mais um relacionamento saudável e reuniões
519 muito proveitosas que nos permitam não só apreciar esses pareceres, mas
520 deles poder trabalhar o aprimoramento das nossas normativas para que elas
521 sejam cada vez mais aplicáveis, tanto sobre a questão do desenvolvimento como
522 também da conservação. Mas destaco e agradeço muito sua manifestação
523 conselheiro”. Conselheiro Adriano Manetta (CMI): Sr. Presidente, é importante
524 que a gente vai entrando tanto nos debates que uma parte disso se perde, nós
525 sempre tivemos como posicionamento institucional da instituição que
526 representa a defesa do trabalho dos servidores da Secretaria, temos a convicção
527 que é difícil a condição, é apertado, por muito tempo o pessoal trabalhou com
528 salário atrasado, falta condição de todo tipo, a gente sabe disso. Todo suporte
529 que a gente pode dar e a gente dá e, reconhecemos mesmo quem está nisso não
530 é só a troca de um salário, é por um envolvimento por pessoal, por um desejo
531 vinculado a algo maior, um senso social coletivo. Então é importante a
532 oportunidade de reconhecer esse trabalho de público. É isso, obrigado”.
533 Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Obrigado, conselheiro. Mais algum
534 conselheiro deseja fazer uso da palavra? Alguma manifestação, alguma dúvida?
535 Não havendo, passamos então ao próximo item de pauta”. **Item 7. PROCESSOS**
536 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME**
537 **POA 2022: 7.1 Mineração Ferro Puro Ltda. - Lavra a céu aberto - Minério de**
538 **ferro; Lavra a céu aberto-minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e**
539 **de revestimento; Pilha de rejeito/estéril - Santa Bárbara/MG - PA/Nº**
540 **24462/2009/001/2010 - PA/SLA/Nº 33/2021 - SEI/Nº 2100.01.0039839/2021-**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

541 **89 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** O Presidente Cézar Augusto Fonseca e
542 Cruz passa à palavra à conselheira Jocilene Ferreira da Costa (Uemg): “O
543 professor Alexandre pediu vista do processo”. Presidente Cézar Augusto Fonseca
544 e Cruz: “No item 7.1, vista concedida para Uemg. Peço só para justificar o motivo
545 de vistas, conselheiro. Por favor”! Conselheira Jocilene Ferreira da Costa (Uemg):
546 “Porque ficaram algumas dúvidas, e aí ele vai analisar melhor o processo”.
547 Presidente Cézar Augusto Fonseca e Cruz: “Motivação registrada, conselheira.
548 Mais algum destaque que deseja fazer vista conjunta? Thiago está com a mão
549 levantada”. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): Sr. Presidente,
550 vista conjunta para avaliar a marcação dos impactos nesse processo”. Presidente
551 Cézar Augusto Fonseca e Cruz: “ Vista conjunta cedida para Uemg e Fiemg. Mais
552 alguma entidade? Não havendo mais pedidos de vistas, fica concedido pedidos
553 de vistas conjunto para Uemg e Fiemg”. **7.2 Gerdau Aços Longos S.A./Fazenda**
554 **Embaúbas Sul - Silvicultura - Rio Pardo de Minas/MG - PA/Nº**
555 **12001/2009/001/2009 - SEI/Nº 2100.01.0039434/2021-63 - Classe 3.**
556 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra,
557 CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, (com as considerações: Discordância na
558 dupla marcação de interferências e supressão de vegetação e também na dupla
559 marcação e interferência para área prioritária), CMI (“com as mesmas ressalvas
560 feitas pelo conselheiro da Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. **AUSENTE**
561 **NO MOMENTO:** Segov. **7.3 Cemig Geração e Transmissão S.A./Sistema de**
562 **Transmissão Regional Centro - Linhas de Transmissão de Energia Elétrica:**
563 **Subestação de Energia Elétrica - Vários municípios, conforme lista que consta**
564 **no RCA, págs. 47 a 50 - PA/Nº 10332/2006/001/2007 - SEI/Nº**
565 **2100.01.0045187/2021-29 - Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF.**
566 **Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG,
567 **Fiemg, (com as considerações: Discordância na dupla marcação de interferências**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

568 e supressão de vegetação e tripla marcação na área prioritária para
569 conservação), CMI (“com as mesmas ressalvas feitas pelo conselheiro da
570 Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **7.4**
571 **Carlos Oberto Correa da Costa/Fazenda Bolívia - Culturas anuais, excluindo a**
572 **olericultura; Barragem de irrigação ou perenização para agricultura sem**
573 **deslocamento de população atingida - Cabeceira Grande/MG - PA/Nº**
574 **22286/2011/001/2012 - SEI/Nº 2100.01.0024980/2020-93 - Classe 3.**
575 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-**
576 **04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO**
577 **MOMENTO: Segov. **7.5 Rodrigo Pinto Canabrava/Fazenda Villa Canabrava -****
578 **Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime**
579 **extensivo; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos,**
580 **em regime de confinamento; Culturas anuais, semiperenes e perenes,**
581 **silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Bocaiuva e**
582 **Francisco Dumont/MG - PA/Nº 25391/2008/002/2016 - SEI/Nº**
583 **2100.01.0050205/2021-52 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado.**
584 **VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg,**
585 **CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **7.6****
586 **Mineração Belocal Ltda./Mina Norte - Lavra a céu aberto - Minerais não**
587 **metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de**
588 **rejeito/estéril - Matozinhos/MG - PA/Nº 00147/1989/019/2011 - SEI/Nº**
589 **2100.01.0059459/2021-66 - Classe 5. Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado.**
590 **VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg,**
591 **(com as considerações: Discordância na dupla marcação de interferências e**
592 **supressão de vegetação), CMI (“com as mesmas ressalvas feitas pelo conselheiro**
593 **da Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov.**
594 **7.7 Christina Ângela de Souza Silva Ferreira e Outros/Fazenda(s) Santa Cruz,**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

595 **Glebas Santa Cruz e Parcela Rurais 143, 144, 140, 141, 142, 146 - Culturas**
596 **anuais, excluindo a olericultura; Bovinocultura de leite; Barragem de**
597 **perenização para agricultura sem deslocamento de população atingida;**
598 **Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos; Ponto de**
599 **abastecimento de combustível - Bonfinópolis de Minas e Dom Bosco/MG -**
600 **PA/Nº 32350/2017/001/2018 - SEI/Nº 2100.01.0007547/2022-37 - Classe 3.**
601 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-**
602 **04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, (com as considerações: Discordância na dupla**
603 **marcação de interferências e supressão de vegetação), CMI (“com as mesmas**
604 **ressalvas feitas pelo conselheiro da Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG,**
605 **Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. 7.8 Usina Cerradão Ltda. - Fabricação**
606 **e Refinação de Açúcar; Destilação de Álcool; Produção de Energia**
607 **Termoelétrica - Frutal/MG - PA/Nº 10203/2006/013/2015 - SEI/Nº**
608 **2100.01.0009957/2022-54 - Classe 6. Apresentação: GCARF/IEF. Presidente**
609 **César Augusto Fonseca e Cruz: “O item 7.8, conselheiros, será retirado de Pauta**
610 **em função da necessidade de fazermos uma correção, adequação no Parecer”.**
611 **7.9 Energia Viva de Brasilândia S.A (ex-Mistral Agroflorestral S.A./Fazenda São**
612 **Mateus) - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos**
613 **agrossilvipastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal oriunda de**
614 **floresta plantada - Brasilândia de Minas/MG - PA/Nº 02522/2004/003/2018 -**
615 **SEI/Nº 2100.01.0023924/2021-84 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.**
616 **Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG,**
617 **Fiemg, (com as considerações: Discordância na dupla marcação de interferências**
618 **e supressão de vegetação e também na dupla marcação e interferência para**
619 **área prioritária), CMI (“com as mesmas ressalvas feitas pelo conselheiro da**
620 **Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. 7.10**
621 **Vórtice Consultoria Mineral Ltda. - Lavra a céu aberto sem tratamento ou com**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

622 **tratamento a seco - Minério de ferro; Unidade de Tratamento de Minerais**
623 **(UTM); Obras de infraestrutura; Pilhas de Rejeito/Estéril; Estradas para**
624 **transporte de minério/estéril; Tanque aéreo de combustível - Oliveira/MG -**
625 **PA/Nº 12999/2006/002/2013 - SEI/Nº 2100.01.0013026/2022-29 - Classe 3.**
626 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-**
627 **04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,**
628 **Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. 7.11 Arcelor Mittal Sul Fluminense**
629 **S.A./Fazenda Santa Cecília - Silvicultura; Produção de Carvão Vegetal oriundo**
630 **de floresta plantada; Criação de bovinos de corte - João Pinheiro/MG - PA/Nº**
631 **08434/2006/006/2013 - SEI/Nº 2100.01.0012400/2022-53 - Classe 3.**
632 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-**
633 **04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, (com as considerações: Discordância na dupla**
634 **marcação de interferências e supressão de vegetação), CMI (“com as mesmas**
635 **ressalvas feitas pelo conselheiro da Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG,**
636 **Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. 7.12 Manga Reflorestamento e**
637 **Agropecuária Ltda./Manga Reflorestamento e Agropecuária Ltda. - Criação de**
638 **bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo;**
639 **Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de**
640 **sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores**
641 **de combustíveis de aviação; Culturas anuais, semiperenes e perenes,**
642 **silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Produção de**
643 **carvão vegetal oriunda de floresta plantada - João Pinheiro/MG - PA/Nº**
644 **19833/2009/002/2016 - SEI/Nº 2100.01.0062588/2021-70 - Classe 4.**
645 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-**
646 **04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, (com as considerações: Discordância na dupla**
647 **marcação de interferências e supressão de vegetação), CMI (“com as mesmas**
648 **ressalvas feitas pelo conselheiro da Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG,**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

649 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **7.13 José Ernesto Cadelca e**
650 **Outros/Fazenda Samambaia - Matrícula nº 820, 8.070 e 8.168 - Cultura de Cana**
651 **de Açúcar sem queima; Culturas anuais, excluído a oleicultura - Monte Alegre**
652 **de Minas/MG - PA/Nº 27385/2013/001/2016 - SEI/Nº 2100.01.0044473/2020-**
653 **07 - Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede,**
654 **Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,**
655 **Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **7.14 Mineração FR Ltda. - Lavra a céu****
656 **aberto sem tratamento ou com tratamento a seco - minerais não metálicos,**
657 **exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de**
658 **rejeito estéril; Obras de infraestrutura; Estradas para transporte de**
659 **minério/estéril - Formiga/MG - PA/Nº 21691/2010/003/2015 - SEI/Nº**
660 **2100.01.0061386/2021-29 - Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado.**
661 **VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg,**
662 **CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **7.15****
663 **Agropaulista Representações de Produtos Agropecuários Ltda./Fazenda Boa**
664 **Vista - Silvicultura; Produção de carvão vegetal de origem**
665 **nativa/Aproveitamento do rendimento lenhoso - Formoso/MG - PA/Nº**
666 **04127/2008/001/2008 - SEI/Nº 2100.01.0077852/2021-95 - Classe 3.**
667 **Apresentação: GCARF/IEF. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-**
668 **04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, (com as considerações: Discordância na dupla**
669 **marcação de interferências e supressão de vegetação e também na dupla**
670 **marcação e interferência para área prioritária), CMI (“com as mesmas ressalvas**
671 **feitas pelo conselheiro da Fiemg”), Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE**
672 **NO MOMENTO: Segov. **8. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE****
673 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE**
674 **EMPREENHIMENTOS MINERÁRIOS: 8.1 AngloGold Ashanti Córrego do Sítio**
675 **Mineração S.A./Expansão da Mina de Cuiabá - Lavra subterrânea exceto**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

676 **pegmatitos e gemas - Sabará/MG - PA/Nº 03533/2007/027/2018 - ANMs:**
677 **000.323/1973, 831.027/1980 e 830.937/1979 - SEI/Nº 2100.01.0053535/2021-**
678 **61 - Classe 6. Apresentação: Regional Metropolitana. RETORNO DE VISTAS**
679 **pelos conselheiros Thiago Rodrigues Cavalcanti, representante da Federação das**
680 **Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Túlio Amaral Nascimento,**
681 **representante da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). Presidente**
682 **César Augusto Fonseca e Cruz: “Peço a manifestação dos conselheiros que**
683 **fizeram vistas, para que possamos fazer nossas discussões”. Conselheira Jocilene**
684 **Ferreira da Costa (Uemg): “Estou representando o professor Túlio e informo que**
685 **não foi feito o parecer de vistas, porque ele disse que não houve maiores**
686 **questões”. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): “Presidente, nós**
687 **disponibilizamos o Parecer no prazo regimental e, ele é pela aprovação nos**
688 **termos do Parecer do IEF. Nós concordamos com ele. Eu gostaria só fazer**
689 **registro de duas correções que são necessárias no processo, que são erros**
690 **materiais, o processo quando foi pautado na reunião anterior, ele veio no item**
691 **6.6, AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração Ampliação e Reconceituação**
692 **do Sistema de Disposição de Rejeitos da Mina Cuiabá, Pilha de Rejeitos Estéril –**
693 **Lavra Céu Aberto – Sabará, nessa reunião, ele veio lá no item 8.1 AngloGold**
694 **Ashanti Córrego do Sítio Mineração S.A./Expansão da Mina de Cuiabá - Lavra**
695 **subterrânea exceto pegmatitos e gemas - Sabará/MG. Então, o correto é o que**
696 **está lá na reunião passada no item 6.6, houve essa divergência de nome**
697 **colocado na pauta. E o segundo erro material que contém no processo é em**
698 **relação ao número dele, tanto na pauta quanto em alguns pontos dentro do**
699 **Parecer. O número que consta é 03533/2007/027/2018 e o número correto aqui**
700 **é 028/2018. Se pegarmos no Parecer, na página 3, dentro de uma tabela, ele está**
701 **correto 028/2018, na pauta em alguns trechos do Parecer saíram errados. Então**
702 **são somente essas duas correções que eu gostaria de pedir, Presidente.**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

703 Obrigado”. Presidente Cézar Augusto Fonseca e Cruz: “Perfeito, conselheiro.

704 Agradeço as suas contribuições, irei solicitar Regional Metropolitana promova as

705 correções desses erros materiais colocados e faça o envio do Parecer novamente

706 para que possa ser disponibilizado no site”. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:

707 Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos,

708 OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.2 Kinross Brasil Mineração**

709 **S.A. - Mina de ouro; Pilha de estéril; Área industrial da Planta; Planta de**

710 **hidrometalurgia; Disposição de rejeitos - Paracatu/MG - DAIA/Nº 0028821 -**

711 **AMN: 931.299/2009 - SEI/Nº 2100.01.0061928/2020-45 - Classe 6.**

712 **Apresentação: Regional Noroeste.** Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede,

713 Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,

714 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.3 Pedra Sabão do Brasil Ltda. - Pilhas**

715 **de rejeito/Estéril de rochas ornamentais e de revestimento - Mariana/MG -**

716 **AAF/Nº 04848/2015 - DAIA/Nº 0029908-D - ANM: 831.784/2005 - Classe 1.**

717 **Apresentação: Regional Norte.** Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra,

718 CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,

719 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.4 Mineração Rodeio de Baixo Ltda. -**

720 **Lavra a Céu aberto sem áreas cársticas com ou sem tratamento - Ouro**

721 **Preto/MG - DAIA/Nº 107/2010 e Nº 028/2012 - ANM: 0005.886/1940 - Classe**

722 **5. Apresentação: Regional Norte.** Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra,

723 CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,

724 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.5 Mineração Santiago Ltda. - Extração**

725 **de rocha gnáissica para produção de brita, com tratamento a seco - Santa**

726 **Luzia/MG - PA/Nº 00175/1997/006/2007 - ANM: 831.510/1990 - SEI/Nº**

727 **2100.01.0010122/2022-61 - Classe 3. Apresentação: Regional Metropolitana.**

728 Presidente Cézar Augusto Fonseca e Cruz: “Temos um inscrito para fazer o uso

729 da palavra, apenas se necessário”. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

730 CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,
731 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.6 Mineração Morro do Ipê S.A - Lavra**
732 **a Céu aberto em áreas cársticas com ou sem tratamento - Igarapé/MG - PA/Nº**
733 **00886/2003/017/2010 - ANM: 931798/2011 - SEI/Nº 2100.01.0055097/2020-**
734 **85 - Classe 5. Apresentação: Regional Metropolitana. Aprovado. VOTOS**
735 **FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda,
736 Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.7 Arcelor Mittal**
737 **Brasil S.A. - Pilhas de Rejeito/Estéril - Minério de Ferro - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº**
738 **00366/1990/036/2014 - ANMs: 13.845/67 e 830.316/79 - SEI/Nº**
739 **2100.01.0002196/2021-84 - Classe 3. Apresentação: Regional Noroeste.**
740 **Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG,
741 Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov.
742 **8.8 Britacal Indústria e Comércio de Brita e Calcário Brasília Ltda. - Pilhas de**
743 **rejeito/estéril - Unai/MG - PA/Nº 15846/2008/002/2019 - ANMs:**
744 **860.921/1997 e 831.075/2002 - SEI/Nº 2100.01.0003766/2021-83 - Classe 5.**
745 **Apresentação: Regional Noroeste. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede,
746 Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,
747 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **8.9 Maracanã Mineração Ltda. -**
748 **Extração de blocos de quartzito - Diamantina/MG - PA/Nº**
749 **05284/2017/001/2017 - DAIA/Nº 14030000172/17 e 0032971-D - AAF/Nº**
750 **06765/2017 - ANM: 831.867/1987 - SEI/Nº 2100.01.0075129/2021-90 - Classe**
751 **1. Apresentação: Regional Norte. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra,
752 CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG,
753 Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **9. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
754 **PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DO CORTE E/OU**
755 **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA**
756 **ATLÂNTICA: 9.1 Cemig Distribuição S.A. - Supressão de cobertura vegetal**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

757 **nativa com destoca para implantação da seguinte Linha de Distribuição - LD**
758 **Ouro Preto 2 - Congonhas 3,138kV - Região Metropolitana de Belo**
759 **Horizonte/MG até o trevo sentido Ouro Preto - SEI/Nº 2100.01.0003890/2022-**
760 **30. Apresentação: Regional Norte. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede,**
761 **Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI (“com as mesmas ressalvas**
762 **feitas pelo conselheiro da Fiemg”), OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO:**
763 **Segov. VOTOS CONTRÁRIOS: Amda e Relictos com a mesma justificativa: “Há**
764 **supressão de 3 ha em floresta estacional semidecidual, que são compensadas**
765 **em Cerrado, contrariando a Lei Federal nº 11.428/2006 e o Decreto Federal nº**
766 **6.660/2008, por levar em consideração somente o Decreto Estadual que permite**
767 **optar, mas contrariando a Lei e o Decreto Federal”. 9.2 Cemig Distribuição S.A.**
768 **- LD Guanhães 2 - Serro 2 - LD Carangola - Padre Fialho, Derivação SE Divino**
769 **e LD Governador Valadares 2 - Peçanha, Serro, Sabinópolis, Guanhães,**
770 **Carangola, Divino, Orizânia, Santa Margarida, Matipó, Governador Valadares e**
771 **Coroaci/MG - SEI/Nº 2100.01.0014795/2021-90. Apresentação: Regional Rio**
772 **Doce. Não houve nenhum destaque ou consideração. Aprovado. VOTOS**
773 **FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI (“com**
774 **as mesmas ressalvas feitas pelo conselheiro da Fiemg”), OAB/MG,**
775 **Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. VOTOS CONTRÁRIOS: Amda e Relictos**
776 **com a mesma justificativa: “Há supressão de 37 ha em floresta estacional**
777 **semidecidual submontana, que ocorre em poucas regiões do Estado e são**
778 **compensadas esta fitofisionomia em campo, em pastagem e em floresta**
779 **estacional semidecidual, também contrariando a Lei Federal 11.428/2006 e o**
780 **Decreto Federal 6.660/2008, por levar em consideração somente o Decreto**
781 **Estadual que permite optar, mas contrariando a Lei e o Decreto Federal”. 9.3**
782 **Cemig Distribuição S.A. - Linha de Distribuição Barão de Cocais 4 - Samarco,**
783 **138Kv (op 69kV) - Torre 29 - Santa Bárbara/MG - SEI/Nº**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

784 **2100.01.0014817/2021-78. Apresentação: Regional Rio Doce. Aprovado.**
785 **VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg,
786 CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. **AUSENTE NO MOMENTO:** Segov. **9.4**
787 **Cemig Distribuição S.A. - LD Coromandel 2 - Guimarães circuito duplo LD**
788 **Coromandel 2 - Patrocínio 1 - Coromandel, Guimarães e Patrocínio/MG -**
789 **SEI/Nº 2100.01.0050132/2021-83. Apresentação: Regional Triângulo.**
790 **Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG,
791 Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. **AUSENTE NO MOMENTO:**
792 **Segov. 9.5 Cemig Distribuição S.A. - LD Patrocínio 3 - Rio Paraíba -**
793 **Uberlândia/MG - SEI/Nº 2100.01.0060966/2021-20. Apresentação: Regional**
794 **Triângulo. Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS:** Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG,
795 CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. **AUSENTE NO**
796 **MOMENTO:** Segov. **9.6 Vale S.A. - (Mina de Brucutu/PDR Tamanduá) - Linhas**
797 **de transmissão de energia elétrica; Canalização e/ou retificação de curso**
798 **d'água; Estação de tratamento de esgoto sanitário; Postos revendedores,**
799 **postos ou pontos de abastecimento instalações de sistemas retalhistas, postos**
800 **flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação;**
801 **Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - São Gonçalo do Rio Abaixo e Barão**
802 **de Cocais/MG - PA/Nº 00022/1995/076/2019 - ANM: 930.021/2004 - SEI/Nº**
803 **1370.01.0015895/2021-39 - Classe 4. Apresentação: Suppri. Jocilene (Uemg):**
804 **"Pedido de vistas para esclarecimento de dúvidas pendentes". Presidente César**
805 **Augusto Fonseca e Cruz: "Mais algum conselheiro? " Conselheiro Thiago**
806 **Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): "Vista conjunta da Fiemg para avaliar os critérios**
807 **da compensação pela Mata Atlântica nesse caso". Presidente César Augusto**
808 **Fonseca e Cruz: "Vistas conjuntas concedidas para Fiemg e Uemg. Mais alguma**
809 **entidade? " **9.7 MR Mineração Ltda. (Mina do Baú) - Lavra a céu aberto -**
810 **Minério de ferro - Barão de Cocais e Santa Bárbara/MG - PA/Nº****



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

811 **00395/1998/030/2013 - ANMs: 832024/2014, 832025/2015, 801204/1975 e**
812 **008774/1961 - SEI/Nº 1370.01.0031722/2021-92 - Classe 2. Apresentação:**
813 **Suppri. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Temos um destaque da**
814 **equipe da Suppri. Mais algum destaque? ”. Conselheira Jocilene Ferreira da**
815 **Costa (Uemg): Pedido de vistas para dirimir dúvidas sobre impactos ambientais**
816 **e, principalmente, sociais”. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Mais**
817 **alguma entidade? Então, vistas concedidas só para Uemg”. Giovana Randazzo**
818 **(Suppri): “Presidente? Gostaria de fazer um destaque de um erro material que**
819 **está constando no parecer da MR Mineração”. Presidente César Augusto**
820 **Fonseca e Cruz: “Pode fazer o seu destaque, conselheira! E já registramos para**
821 **dar vistas ”. Giovana Randazzo (Suppri): “Na capa do Parecer, constou errado**
822 **meu nome, é Giovana Randazzo e consta Giovana Randozzo. E depois na página**
823 **12, no item 3 – proposta de compensação, constou o número da matrícula**
824 **errado, da Fazenda Gandarela, na 4ª linha tem: Fazenda Outra Banda matrícula**
825 **18187 está correto; e Fazenda Gandarela, matrícula correta é 17864 e não 18864**
826 **como está ‘aí’”. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz: “Giovana, está**
827 **registrado! Só peço que você faça o envio do Parecer com essas duas correções**
828 **desses erros materiais, porque dessa maneira, encaminhamos as vistas com essa**
829 **correção”. Giovana Randazzo (Suppri): “Ok! No item 3.1 também tem a Fazenda**
830 **Gandarela, vou consertar o número da matrícula e encaminho. Obrigada”.**
831 **Thiago (Fiemg): “Presidente? Apenas corrigindo a minha manifestação anterior,**
832 **vou pedir vistas conjunta nesse também, ok? Para avaliar da mesma forma que**
833 **eu mencionei no processo da Vale”. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz:**
834 **“Conselheiro, concedido vista conjunta para Uemg e Fiemg”.9.8 Sigma**
835 **Mineração S.A. - Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de**
836 **ferro,Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento,**
837 **pegmatitos, gemas e minerais não metálicos - Araçuaí e Itinga/MG - PA/SLA/Nº**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

838 **4497/2020 - ANM: 824.692/1971 - SEI/Nº 1370.01.0045558/2020-70 - Classe 4.**
839 **Apresentação: Suppri.** Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04,
840 Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE
841 NO MOMENTO: Segov. **10. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA CRIAÇÃO DE**
842 **RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN PARA ANÁLISE,**
843 **DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 13, INC. IX DO DECRETO**
844 **ESTADUAL Nº 46.953/2016: 10.1 RPPN JAS/João Antunes Siqueira -**
845 **Proprietário: Raquel de Fátima Siqueira Lopes e outros - Área Proposta: 3,247**
846 **ha - Piranguçu/MG - SEI/Nº 2100.01.0078163/2021-40. Apresentação:**
847 **GCMUC/IEF.** Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04,
848 Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE
849 NO MOMENTO: Segov. **11. Planos de Manejo de Unidades de Conservação para**
850 **análise e deliberação, nos termos do inc. IV, do art. 13, do Decreto Estadual nº**
851 **46.953/2016: 11.1 Plano de Manejo do Monumento Natural Estadual Pico do**
852 **Itabirito. Apresentação: GCMUC/IEF.** Plano de Manejo Pico do Itabirito.
853 Zoneamento Pico do Itabirito. Relato de Vistas Conjunto. **RETORNO DE VISTAS**
854 **pelos conselheiros Thiago Rodrigues Cavalcanti, representante da Federação**
855 **das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Adriano Nascimento**
856 **Manetta, representante da Câmara do Mercado Imobiliário (CMI). Conselheiro**
857 Thiago Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): “Presidente, o Parecer foi disponibilizado
858 no prazo regimental, é um Parecer conjunto, Fiemg e CMI e, em se tratando de
859 um Monumento Natural em que a área dele coincide, completamente, com a
860 propriedade de uma empresa, no caso a Vale, fizemos uma consulta a Vale para
861 perguntar o que eles entendiam a respeito desse Plano de Manejo, se tinha
862 alguma consideração, ela inclusive nos informou que participou das reuniões
863 públicas sobre esse Plano de Manejo e as oficinas realizadas conduzidas pelo IEF,
864 mas nos trouxe alguns pontos de atenção para isso, que colocamos dentro do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

865 relatório e que gostaríamos da avaliação do Instituto Estadual de Floresta em
866 relação a esses pontos. O primeiro deles é em relação aos próprios limites da
867 zona de amortecimento, em que parte desse limite engloba algumas áreas de
868 operação da empresa, bem próximas a própria empresa e no limite final dessa
869 zona de amortecimento, o fez com que sugeríssemos uma pequena redução
870 nessa zona de amortecimento, uma redução em torno de 180 ha. Se derem uma
871 olhada no Parecer de vista da Fiemg e CMI, na página 6 do nosso Parecer, mostra
872 a diferença entre a zona proposta pelo IEF e a zona de amortecimento proposta
873 nesse Parecer. O segundo item é relativo a dois quadros que vêm dentro do
874 Plano de Manejo, nas páginas 36 e 38, quadros 14 e 16, onde o Plano de Manejo
875 menciona no primeiro quadro, 14, menciona uma interlocução fluida entre Vale
876 e IEF. Estamos sugerindo falar em instrumento formal validado pelo IEF e pela
877 Vale já que há uma menção de um termo para gestão dessa unidade,
878 considerando a área inteira como propriedade da Vale. E o segundo quadro é o
879 16, quando fala do Conselho Consultivo e fala da gestão do IEF mas em vários
880 momentos do Plano de Manejo, fala em gestão compartilhada - Vale e IEF -
881 sugerimos usar o termo utilizado em outras partes do próprio Plano de Manejo
882 que é gestão compartilhada IEF e Vale. E o último ponto é em relação a 2 mapas,
883 um na página 9 e outro na página 68, em uma legenda consta propriedade da
884 empresa da Vale, mas sugerimos que seja alterado para áreas protegidas da
885 empresa Vale, porque de fato são RPPNs da própria Vale essas legendas. Então,
886 o nosso Parecer é pela aprovação, com essas 4 alterações, os limites da zona de
887 amortecimento, os quadros 14 e 16 e essas legendas no mapa da página 9 e no
888 mapa da página 68. Obrigado". Conselheiro Adriano Manetta (CMI): "Gostaria
889 de pontuar o caráter *sui generis* dessa unidade de conservação - Monumento
890 Natural em área operacional da Vale – que foi de Lavras, corretamente
891 estabelecido, apesar disso, e essa questão única que você tem toda a área de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

892 discussão inserida na propriedade de uma única empresa. Então, até por isso,
893 fizemos essa consulta e acho que as propostas são pequenas adequações que
894 arredondam e dão um polimento ao Plano de Manejo que foi proposto já muito
895 bem qualificado. Obrigado”. Presidente César Augusto Fonseca e Cruz:
896 “Obrigado conselheiro Adriano e conselheiro Thiago pelas colocações. Eu vou
897 iniciar a fala, inicialmente para poder fazer algumas colocações, em temos da
898 avaliação do que a equipe técnica já falou, depois eu vou abrir a palavra para
899 manifestação da equipe para as complementações necessárias em função do
900 excelente trabalho que fizeram nesse Plano de Manejo e também da avaliação
901 cuidadosa e carinhosa daquilo que foi proposto. Vou iniciar as minhas colocações
902 apontando que a equipe técnica entente pela manutenção da zona de
903 amortecimento, nos limites que foram propostos. Eu vou deixar o detalhamento,
904 o porquê disso, é com mais precisão, a sua análise e no que se refere aos demais
905 itens, temos algumas contrapropostas que gostaríamos de fazer para o item 2.2
906 que entendemos as colocações aqui trazidas pela Fiemg, que nos levaram a
907 refletir e a entender pela melhoria da redação. Nesse sentido, alterar a redação
908 do item 2.2, do Plano de Manejo, para instrumento formal de parceria, com a
909 retirada da tabela 14, em inserção da redação ou estabelecimento de um
910 instrumento formal entre IEF, Órgão gestor, e a Vale proprietária, será
911 importante ferramenta de apoio para a gestão da unidade de conservação em
912 temas específicos. No que se refere ao quadro 16, entendemos pela necessidade
913 do aprimoramento da redação, no sentido de dissociar a questão da propriedade
914 e da questão do que é atuação da Vale e o que que é atuação do IEF e nesse
915 sentido, vou deixar a equipe técnica fazer um maior detalhamento dessa
916 contraproposta para o item do quadro 16. E no caso do item 3, estamos de pleno
917 acordo, a Arcardis, que é a empresa responsável pelo Plano de Manejo vai
918 providenciar a alteração da legenda nos moldes solicitados pelo relatório de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

919 vistas. Passo a palavra para a Tuana Morena Marques Santos da Diretoria de
920 Unidade de Conservação DIUC, que vai iniciar a manifestação junto com a equipe
921 técnica, da Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação – GCMUC
922 Tuana Morena Marques Santos (DIUC): “Boa tarde. Para justificar a manutenção
923 dessa proposta inicial da zona de amortecimento, nós entendemos que,
924 primeiramente, a oficina de elaboração do Plano de Manejo realizada, contou
925 com a participação de todos os atores envolvidos com a unidade de conservação,
926 inclusive com a Vale. E neste momento de construção, ficou validado pelas
927 pessoas, pelas entidades que participaram da oficina, esta proposta de zona de
928 amortecimento. Essa proposta foi construída com a finalidade de barrar e até
929 mesmo de filtrar os possíveis impactos que poderiam chegar à unidade de
930 conservação, que é uma unidade pequena, e entendemos que com essa zona de
931 amortecimento da maneira como está, a gente consegue de forma satisfatória
932 fazer essa filtragem e garantir que a zona de amortecimento cumpra com seu
933 papel estabelecido. A metodologia de elaboração do Plano de Manejo, como eu
934 disse, é baseada na Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 2017 e a construção do
935 plano é através do roteiro metodológico do ICMBio, de 2018. Então, garantindo
936 assim, que haja participação mais efetiva possível para elaboração desse plano.
937 E também só frisando, considerando que a zona de amortecimento da maneira
938 como está, ela não vai interferir nem barrar qualquer atividade que a Vale tenha
939 interesse em dar continuidade. Em relação ao termo de compromisso ou termo
940 de acordo, ou qualquer que seja um instrumento a ser assinado entre a Vale e o
941 IEF, e a gestão da UC, esse termo ele será construído entre as partes e será
942 publicado. Então, já garantindo que haja essa parceria para atividades de gestão
943 e qualquer outra atividade que as partes entendam como necessárias incluir
944 nesse termo de parceria. Não sei Presidente, se a Andréia, que está respondendo
945 pela unidade, ela está aqui presente. Eu não sei se ela também quer



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

946 complementar alguma questão. Andréia (Gerente do Monumento Natural Pico
947 do Itabirito): “Boa tarde a todos. Como a Tuana bem disse, em agosto
948 aconteceram as oficinas para elaboração do plano de manejo e nesse momento
949 foi o Fórum de discussão técnica sobre a definição da zona de amortecimento.
950 Foi um momento de muito cuidado para que essa unidade de conservação de
951 6.69 ha tivesse uma zona de amortecimento que representasse e que barrasse
952 os impactos nessa unidade de conservação, ela está realmente dentro da área
953 industrial da Vale, ela foi criada em 1992, ela está firmada como monumento
954 natural dentro da Lei de criação do Estado de Minas Gerais, junto com a Serra da
955 Piedade e outros monumentos naturais. Então, assim se vê a relevância dela e o
956 que nós temos que avaliar pensando nas CMI, sobre essa questão de expansão
957 urbana e também na Vale como atividade minerária é que o Pico do Itabirito é
958 uma referência geográfica para o estado de Minas Gerais e com grande
959 relevância para o quadrilátero ferrífero. Então, o impacto paisagístico, é muito
960 grande para essa unidade de conservação tão pequena. Então, a proposta da
961 Vale para redução da zona de amortecimento, ela vai exatamente na periferia
962 da unidade de conservação. São estruturas que a Vale tem? Sim, são estruturas,
963 mas são estruturas pequenas, e é nesse local que a zona de amortecimento tem
964 que fazer o seu papel de proteger. Ela não está restringindo a atividade, ela está
965 protegendo, e ela está normatizando as atividades, então a zona de
966 amortecimento como foi conduzida nas discussões, ela traz isso, ela traz essa
967 medida protetiva e a sua função como zona de amortecimento. Outra questão é
968 que, a Vale, no relato de vistas, na verdade, da Fiemg junto com a CMI, não
969 apresentou nenhum argumento técnico que justificasse essa redução. Só ter
970 estruturas dentro da zona de amortecimento, isso não quer dizer que a zona tem
971 que ser reduzida por isso. Então, nós mantivemos essa zona de amortecimento,
972 que foi discutida tecnicamente, junto a todos os atores envolvidos, dentro dessa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

973 zona de amortecimento também existem sítios arqueológicos. É zona de
974 amortecimento? É, mas é uma unidade que se você olhar no contexto, você tem
975 Cata Branca, você tem a estação ecológica de Arêdes. Então, trata-se de um
976 contexto histórico muito grande. Por isso que a zona de amortecimento ela teve
977 aquela delimitação, então, é muito importante deixar esse destacado que o
978 IEF teve todo o cuidado junto com a empresa de consultoria, de fazer essa
979 avaliação, de definir muito bem os critérios para definição da zona de
980 amortecimento e validar essa zona de amortecimento juntos aos atores
981 envolvidos no momento da oficina. Então, é por isso que não acatamos essa
982 consideração que foi feita pela Vale, até mesmo porque já não é um momento
983 para discussão de definição de zona de amortecimento. A outra questão que a
984 Vale colocou do quadro 16, que eu acho importante destacar é o Snuc. Porque
985 ele fala que a gestão da unidade de conservação, ela compete ao órgão gestor,
986 temos que dissociar o que é propriedade do que é unidade de conservação.
987 Monumento natural é isso, a previsão da lei é que as áreas não precisam ser
988 desapropriadas, a não ser que os objetivos da unidade de conservação sejam
989 conflitantes com os objetivos do proprietário. Então, a gente espera que isso não
990 seja o caso, então, pensando nisso, não há como colocar em uma gestão de
991 Conselho, compartilhada entre Vale e o IEF. O órgão gestor é o IEF, está previsto
992 no Snuc, é um conselho consultivo e também previsto pelo Snuc, existe a eleição
993 do conselho, ela aconteceu, assim como a Vale, todas as outras empresas e
994 outros atores, Sociedade civil, as entidades públicas foram convidadas a
995 participar do conselho, houve uma eleição, toda a formalização do processo
996 aconteceu de forma legal, existiram os prazos legais também para qualquer tipo
997 de recurso e seguimos o rito. Então assim, nós estamos seguindo todos os
998 procedimentos, tanto para definição de zonas de amortecimento também como
999 para gestão da unidade e também a formação do conselho". Presidente César



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1000 Augusto Fonseca e Cruz: “Obrigado, Andréia. Então para a gente tentar
1001 simplificar o processo para que os conselheiros possam analisar e tentar fazer a
1002 distinção para um eventual processo de discussão, eu vou resumir a avaliação do
1003 IEF, que diz da seguinte forma: a colocação do IEF, equipe técnica, ao analisar a
1004 primeira proposta que se refere a alteração dos limites da unidade de
1005 conservação, como solicitado no Parecer de vistas conjunto, é de entendimento
1006 de que tecnicamente é relevante a manutenção da proposta inicial, conforme
1007 definido o Plano de Manejo, correto? De outro lado, quanto ao item 14 da gestão
1008 compartilhada, o IEF está propondo fazer uma contraproposta no sentido de
1009 alterar a redação do item 2.2, para nominá-lo como instrumento formal de
1010 parceria, promover a retirada da tabela 14 e, inserir a redação: “O
1011 estabelecimento de um instrumento formal entre IEF - Órgão gestor - e Vale -
1012 proprietária - será importante ferramenta de apoio para a gestão da unidade de
1013 conservação em temas específicos”, sendo que no bojo desse termo de formal
1014 de parceria que vão se estabelecer os compromissos de parte a parte e
1015 realização das ações que ficarem lá pactuadas. No que se refere à sua solicitação
1016 do Parecer de vistas, previstas no quadro 16, foi apresentada a justificativa
1017 técnica da equipe e na nossa proposta é uma alteração da redação, no sentido
1018 de contraproposta, para que esteja no capacitar os membros do conselho
1019 consultivo do Monumento Natural Estadual Pico do Itabirito para atuação
1020 parceira e complementar a gestão da unidade de conservação, visando a
1021 efetivação da área enquanto monumento natural estadual, isso em função das
1022 justificativas apontadas pela equipe técnica. E no último item apontado que se
1023 refere a legenda do mapa, a equipe técnica entende como favorável e pertinente
1024 e agradece a sugestão e vai solicitar a Arcades a alteração da legenda do mapa,
1025 para facilitar o nosso processo de discussão. Conselheiro Thiago, a palavra é
1026 sua”. Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti (Fiemg): “Obrigado, Presidente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1027 Caso tenha alguém da Vale, eu gostaria de ouvir também, a respeito disso. Mas,
1028 entendo bem os argumentos colocados pelo IEF. Em princípio, até concordo com
1029 boa parte deles, só queria registrar 2 pontos aqui, apesar de concordar com
1030 a argumentação técnica do Instituto Estadual de Florestas, uma é a respeito da
1031 gestão compartilhada. Só para explicar por que que colocamos a gestão
1032 compartilhada ali. Porque o próprio plano de manejo menciona a gestão
1033 compartilhada em outros 2 locais, na página 19 e na página 36. E o entendemos
1034 é que não dava para falar gestão compartilhada em um ponto e no outro não. Se
1035 claro, o IEF entender que é o termo que vai gerir isso, é importante fazer, para
1036 deixar claro no plano de manejo e não deixar 2 informações divergentes dentro
1037 do plano de manejo. Por isso que colocamos aquilo ali, porque o próprio plano
1038 de manejo do IEF mencionou a gestão compartilhar. E o segundo ponto é em
1039 relação à proposta de alteração da zona de amortecimento, os argumentos
1040 técnicos colocados pelo IEF eu compreendo perfeitamente, sem nenhum
1041 problema, o único ponto que eu preciso discordar Presidente, dentro disso, é
1042 dizer que pelo fato da zona de amortecimento ter sido discutida nas oficinas, que
1043 ela não poderia ser discutida aqui, porque já foi definida tecnicamente lá, a
1044 competência de aprovação do plano de manejo é nossa, apesar de
1045 considerarmos as questões das oficinas. Se não pudermos discutir aqui, vamos
1046 propor alterar o Decreto, retirar a competência da CPB e mandar para as oficinas
1047 fazerem isso. Mas, se a competência é nossa, temos o direito e o dever de fazer
1048 as propostas daquilo que entendermos ser pertinente, mas concordo com os
1049 argumentos técnicos em relação a isso, só gostaria de ouvir o representante da
1050 Vale aqui, a respeito desses pontos. Obrigado, Presidente”. Presidente César
1051 Augusto Fonseca e Cruz: “Conselheiro, vou abrir a palavra para o conselheiro da
1052 Vale, mas antes eu gostaria de fazer apenas o registro que eu concordo com a
1053 sua colocação, principalmente, porque a Câmara Técnica (CPB) é soberana na



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1054 sua decisão, o nosso processo aqui é participativo é discussão e neste momento,
1055 é importante registrar e estamos debatendo, exatamente, no sentido de
1056 aprimorar o trabalho que foi iniciado lá nas oficinas e ressaltar esse aspecto
1057 soberano da decisão exarada aqui na Câmara Técnica. Então, nesse ponto é
1058 importante a sua colocação e o registro dessa informação, a argumentação
1059 técnica do IEF se restringe no sentido da sua avaliação e no sentido apenas de
1060 contribuir para que a decisão desta Câmara possa ocorrer com todo o subsídio
1061 técnico necessário para que a decisão seja a melhor. Nesse sentido, agradeço a
1062 sua colocação. Passo a palavra ao representante da Vale”. Mauro Lobo (Vale):
1063 “Eu reforço a consideração do Thiago com relação às figuras da gestão
1064 compartilhada, que ela é mencionada em outras partes do termo. Então, pedi
1065 vistas porque existe essa posição nesse item ou parte do quadro - não sei em
1066 qual parte exatamente está previsto – mas fiz essa sugestão desse item figurar
1067 ‘ai’ de novo. Então, com relação a zona de amortecimento, eu solicitei
1068 intensamente a elaboração de Plano, que foi muito bem conduzida pelo IEF e
1069 pela empresa contratada, mas sempre sabendo dessa oportunidade que
1070 teríamos que avaliar um pouco melhor. A questão do núcleo da proposta que
1071 tramita, da zona de amortecimento, se não me engano, não fiz nenhum
1072 questionamento para ser razoável dentro do conceito de não entrar dentro da
1073 Mina, propriamente, excedendo 60°, seu conceito é interessante. Mas fazendo
1074 uma revisão mais detalhada, verificamos alguns pontos que necessita
1075 de atenção, que eu coloquei ‘aí’ para o Thiago, que ele trouxe do próprio
1076 documento. Não sei se todos tiveram a oportunidade de ver, mas fiz uma
1077 apresentação muito rápida, mostrando exemplos desses conflitos. É impeditivo?
1078 Não é impeditivo, mas a gente poderia dar uma refinada, como diz o Adriano
1079 Manetta, no processo que a gente vem construindo. Havendo oportunidade e
1080 eu acho que estamos tempestivos nessa intenção, mas não é uma questão que



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1081 a gente está aqui fazendo a discussão. Eu gostaria de compartilhar com vocês
1082 imagens do exemplo do que a gente está falando”. *Apresentação “Plano de*
1083 *Manejo MONAE Pico do Itabirito, sugestões Vale, realizada pelo representante*
1084 *da Vale Senhor Mauro Lobo.* Na sequência o Presidente abre a palavra aos
1085 conselheiros e não havendo nenhuma consideração, por parte dos conselheiros,
1086 agradece a apresentação e propõe a votação do processo Plano de Manejo e
1087 realiza a seguinte sugestão: “caso os conselheiro estejam de acordo, faremos a
1088 votação item a item dos quatro que foram propostos e eu vou individualizando
1089 cada uma dessas quatro alterações, no seguinte sentido: A minha proposta de
1090 votação é a gente votar o Plano, como um pacote, mas destacando esses pontos
1091 que estão sendo objeto do parecer de vistas. Então, a gente faz a votação deles
1092 de forma individualizada, da seguinte forma: primeiro a gente faz a votação do
1093 parecer do IEF, e os que entenderem que deve haver alteração, na forma
1094 proposta pelo parecer de vista, vão se manifestar contrários ao parecer do IEF.
1095 Nos segundo e terceiro itens, que são propostas de redação, no sentido de
1096 ajustar a redação do Plano de Manejo, exatamente pelo entendimento de que a
1097 contribuição veio no sentido de melhorar a redação. Eu fiz a leitura das duas
1098 contrapropostas e se quiserem eu posso ler novamente. Mas, aí a gente faz a
1099 votação deles, nesse segundo bloco, pelas duas contrapostas, votando favorável
1100 ou contrário à contraproposta do IEF. E no terceiro bloco, a gente vota a questão
1101 da alteração que a gente concorda com o parecer de vistas, do processo da
1102 alteração da legenda do mapa. E esta é a minha proposta para iniciarmos o
1103 processo de votação. Estando todos de acordo, vamos iniciar o processo de
1104 votação”. Primeiramente a votação do **11.1 PLANO DE MANEJO DO**
1105 **MONUMENTO NATURAL ESTADUAL PICO DO ITABIRITO.** Aprovado. VOTOS
1106 FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda,
1107 Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. Na sequência a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1108 votação dos destaques, em separado, do parecer de vistas. **Votação do parecer**
1109 **do IEF no sentido de manutenção perímetro da delimitação da Zona de**
1110 **Amortecimento na delimitação constante, hoje, no Plano de Manejo.**
1111 Aprovado. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG,
1112 Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. VOTOS CONTRÁRIOS: Sede, Fiemg e CMI
1113 (justificativas: por entender que esta câmara não precisa seguir o que a oficina
1114 determina. Se nós conselheiros temos capacidade e competência para
1115 alterar/propor/formar conteúdo técnico, em processo participativo, e segundo
1116 pelo conflito entre algumas estruturas da Vale, como foi colocado dentro da zona
1117 de amortecimento). **Votação das duas alterações nos termos da**
1118 **contrapropostas apresentadas pelo IEF e detalhadas pelo Presidente: Alterar a**
1119 **redação do item 2.2, para nominá-lo como instrumento formal de parceria,**
1120 **promover a retirada da tabela 14 e, inserir a redação: “O estabelecimento de**
1121 **um instrumento formal entre IEF - Órgão gestor - e Vale - proprietária - será**
1122 **importante ferramenta de apoio para a gestão da unidade de conservação em**
1123 **temas específicos”; e no quadro 16 “Alteração da redação: Capacitar os**
1124 **membros do conselho consultivo do MONAE Pico do Itabirito para atuação**
1125 **parceira e complementar a gestão da unidade de conservação, visando a**
1126 **efetivação da área enquanto monumento natural estadual”. Aprovada. VOTOS**
1127 **FAVORÁVEIS**: Segov, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI,
1128 Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Sede. **Votação da**
1129 **Alteração da Legenda do Mapa**: Aprovada. VOTOS FAVORÁVEIS: Segov, Seinfra,
1130 CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg, CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg.
1131 AUSENTE NO MOMENTO: Sede. **11.2 Plano de Manejo da Reserva Particular do**
1132 **Patrimônio Natural (RPPN) Portal Sul. Apresentação: GCMUC/IEF. Aprovado.**
1133 VOTOS FAVORÁVEIS: Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama/MG, CREA/MG, Fiemg,
1134 CMI, Amda, Relictos, OAB/MG, Uemg. AUSENTE NO MOMENTO: Segov. **10.**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)

Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam)

Secretaria Executiva

Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)

Ata da 72ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de abril de 2022

1135 **ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados o
1136 presidente Cézar Augusto Fonseca e Cruz agradeceu a presença de todos e
1137 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1138

1139

1140

APROVAÇÃO DA ATA

1141

1142

1143

Cézar Augusto Fonseca e Cruz

1144

Presidente suplente da Câmara de Proteção

1145

à Biodiversidade e de Áreas Protegidas

1146